



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000049-35.2017.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF - 643/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 315/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **JHONATAN RAFAEL JOAQUIM**

Réu Preso

Aos 11 de maio de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu JHONATAN RAFAEL JOAQUIM, acompanhado de defensor, o Drº **JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA – OAB 213717/SP**. A seguir foi o réu interrogado e ouvidas três testemunhas de acusação, **sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual**. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª Promotora:** “MM. Juiz: JHONATAN RAFAEL JOAQUIM, qualificado a fls.97, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, porque em 27.02.17, por volta das 20h40, na Rua São Joaquim, cruzamento com a Rua Antonio Blanco, centro, nesta cidade e Comarca, trazia consigo e transportava, para fins de venda e comercialização, 51 (cinquenta e uma) pedras de crack e 21 (vinte e um) papérolas de maconha, que juntas pesavam 44,0g, de forma a pronta entrega à consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, além de R\$226,00 em dinheiro. **A ação é procedente**. A materialidade está comprovada pelo laudo químico-toxicológico de fls.119/123, fotos de fls.80/83, auto de exibição e apreensão de fls.113/115, além de R\$226,00 em dinheiro apreendido a fls.114. Apesar da negativa do réu em relação ao tráfico e em relação a própria propriedade da droga que estava no carro em que o acusado conduzia, os policiais foram firmes em afirmar que encontraram o réu dirigindo o veículo mencionado na denúncia e que o réu portou-se de maneira suspeita ao avista-los. Os policiais encontraram dentro do carro uma bolsa preta e rosa e em seu interior 51 pedras de crack e 21 porções de maconha, além de uma chave que o réu disse que era de sua propriedade. No veículo os policiais ainda encontraram R\$226,00 em dinheiro. Os policiais não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

conheciam o réu e não há nos autos nenhum motivo para que os policiais quisessem incriminar indevidamente o réu. Também o dono do carro, Maicon, ouvido a fls.111 e na presente audiência confirmou o empréstimo do carro para o réu, dizendo que não tinha nenhum tipo de entorpecente em seu veículo. A droga conforme fotos de fls.80/83 estava pronta para comercialização, inclusive parte dela estava no formato de "chuveirinho" (fls.80). A quantidade e circunstâncias da apreensão, além de dinheiro evidenciam que a droga era destinada ao tráfico. Ante o exposto, requeiro a condenação do réu nos termos que postulado na denúncia, devendo ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento de pena, sendo o crime hediondo, não podendo o réu recorrer em liberdade, sendo o réu primário, conforme fls.213, pois foi absolvido. Quanto ao dinheiro, requeiro o perdimento do mesmo por estar ligado ao tráfico de entorpecentes. Quanto ao carro apreendido de propriedade de Maicon, não me oponho a devolução do mesmo desde que esteja regular perante a autoridade de trânsito. **Dada a palavra à DEFESA:**“MM.Juiz, A presente ação merece ser julgada improcedente tendo em vista as provas dos autos. Inicialmente, como ficou demonstrado nesta audiência, o depoimento dados pelos policiais, não guardou a relação devida com depoimento dado perante a autoridade policial. Houve sim, mudança no depoimento destes. Acrescentou ao depoimento a existência de chaves que pertenceriam ao acusado dentro da mochila onde supostamente estava a droga. Dessa forma, tem-se que com o acusado, efetivamente, nada foi encontrado. Mesmo sendo primário, é fato que não ostenta passado ilibado e possuía na ocasião dos fatos, receio da abordagem policial, o que justifica o seu receio na abordagem realizada. Conforme afirmado pelos depoentes, não havia nenhuma suspeita sobre a figura do acusado. Não era conhecido da polícia, tampouco suspeito de praticar atos de traficância. Maicon, o proprietário do veículo, confirmou a estória por ocasião da prisão, qual seja, emprestou o carro ao acusado, fazendo livremente sem nenhum constrangimento. Por certo, é fato que Maicon perante o Juízo, não atribuiria a si mesmo a propriedade da droga encontrada no veículo. Dessa forma, resta o conjunto probatório dos autos extremamente fragilizado, inapto para sustentar a decisão condenatória, razão pela qual requer seja julgada a presente improcedente. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“JHONATAN RAFAEL JOAQUIM, já qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no art.33, *caput*, da Lei nº11.343/06, conforme os fatos narrados na denúncia, a qual me reporto. O réu foi notificado (fls.176) e apresentou defesa preliminar (fls.177/182). A denúncia foi recebida pela decisão de fls.183. Nesta data foi o réu interrogatório, com inquirição de três testemunhas de acusação. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação do réu nos termos da denúncia. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. D E C I D O.** A materialidade do crime está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls.113/115, laudo de fls.119/123, fotos de fls.80/83 e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado negou que os entorpecentes apreendidos lhe pertenciam, mas a sua versão foi contrariada pelos policiais militares. Os policiais militares disseram que avistaram o acusado no veículo mencionado na denúncia e que ele havia sinalizado a realização de uma manobra, que foi abortada no momento em que percebeu a chegada da polícia. O acusado foi abordado e, desde o início, demonstrou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

nervosismo. Em revista pessoal, nada foi localizado, mas no banco traseiro do automóvel que o réu conduzia, foi localizada uma bolsa contendo no seu interior uma chave, dinheiro, além de porções de crack e maconha. O réu ficou bastante nervoso durante a abordagem e negou que a bolsa lhe pertencia. A testemunha Maicon, que emprestou o automóvel ao réu, disse em Juízo que entregou o veículo ao acusado por volta das 19h30 ou 20h00, no dia mencionado na denúncia e negou a propriedade da bolsa que continha entorpecentes apreendida no carro. Verdade é, conforme bem destacou a defesa, que não consta dos depoimentos dos policiais militares na fase policial qualquer menção à chave que teria sido localizada no veículo, dentro da bolsa, mas é fato que a localização da bolsa contendo drogas foi confirmada pela prova extrajudicial e judicial. Além disso, o próprio réu disse que não conhecia os policiais militares, não sendo razoável supor que os milicianos tenham faltado com a verdade e forjado a apreensão de drogas e dinheiro apenas para prejudicar terceiro que desconheciam, sendo a prova dos autos suficiente para a condenação, já que se as drogas não eram de propriedade do dono do veículo, somente poderiam ser do acusado, que se encontrava sozinho no automóvel por ocasião da abordagem. A grande quantidade de crack e maconha apreendidas, consistentes em dezenas de porções individuais, indicam o comércio ilícito de entorpecentes ou a intenção da mercancia. O réu é primário e de bons antecedentes, faz jus a redução da pena pelo tráfico privilegiado, nos termos do artigo 33, §4º, da lei 11.343/06, devendo ser destacado que os policiais militares não esclareceram se o réu fazia do tráfico de drogas o seu meio de vida ou se integrava organização criminosa. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno JHONATAN RAFAEL JOAQUIM** como incurso no art.33, *caput*, c.c. art.33, §4º, da Lei nº11.343/06. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias- multa, calculados cada na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Reconhecida a causa de redução do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06, reduzo a sanção em 2/3, perfazendo a pena definitiva de **01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, mais 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa**, calculados cada um na proporção anteriormente definida. Presentes os requisitos legais, **substituo a pena privativa de liberdade por: a) uma de prestação de serviços à comunidade, na razão por uma hora por dia de condenação, a serem oportunamente especificados e b) pagamento de prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo.** Fixo o regime aberto para hipótese de conversão. Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá apelar em liberdade. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Comunique-se a presente decisão ao Egrégio TJSP, com cópia integral da sentença, para complemento das informações mencionadas as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

fls.158/159, se o recurso não tiver sido julgado ainda. **Declaro** o perdimento do dinheiro apreendido, por concluir que teve origem do comércio ilícito de drogas. **Determino a restituição do veículo apreendido ao proprietário**, ressalvadas questões administrativas pendentes. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor:

Réu: